

**MATOS, Olgária C. Féres, *O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*, São Paulo, Brasiliense, 1993, 184pp., ISBN 85-11-12066-1**

O pensamento de Walter Benjamin é certamente uma das fontes mais preciosas para se compreender os descaminhos do homem ocidental contemporâneo em sua acidentada experiência histórica. A própria situação do autor — vivendo entre a filosofia e a crítica da cultura, entre o materialismo histórico e a teologia, fugindo do nazismo e indo ao encontro da própria morte — nos dá um exemplo claro de um intelectual deslocado, ante certas estruturas estabelecidas, numa Alemanha entre guerras assolada pela inflação, marcada pela derrota na primeira grande guerra e cenário das práticas políticas de uma esquerda titubeante.

Mas a produção intelectual de Benjamin só muito recentemente tem sido objeto de estudo no Brasil e não menos recente é a tradução de seus textos mais significativos. Neste sentido, este livro de Olgária Matos torna-se mais um elemento importante na escassa bibliografia sobre o autor em nosso país. O livro é composto de quatro ensaios e nos mostra, dentre outras coisas, o modelo de razão com o qual Benjamin trabalhava e as suas tensas relações com o projeto iluminista de razão que, fugindo dos erros dos sentidos, pretendia ter acesso à verdade a partir de idéias claras e distintas. Como bem demonstra Olgária Matos, Descartes é o grande artífice desse projeto que se tornou um dos sustentáculos da nossa modernidade.

Mas não seriam estes sustentáculos meras ilusões? Ou seja, no que se refere à razão das luzes, não teria ela deixado de iluminar certas experiências do homem que não seriam passíveis de compreensão pelo *logos* que busca o claro e o distinto? Não teria a nossa modernidade de acertar contas com a sua *ratio*? Percebe-se, com a leitura deste livro, como estas questões estão presentes na reflexão de Walter Benjamin. Se é verdade que hoje elas ocupam um espaço obrigatório em vários textos de filosofia, é não menos verdade que o tratamento que Benjamin dispensou a elas traz a marca da originalidade.

O modelo de razão construído em nossa modernidade não parte necessariamente do princípio de que o mundo tem uma ordem preestabelecida. Como nos mostra Olgária Matos, o próprio Descartes não deixa de reconhecer a desordem do mundo. A estratégia cartesiana, e podemos dizer moderna, foi negar a esta desordem o estatuto de uma realidade efetiva, reduzindo-a à mera aparência. Esta atitude de negação, segundo Descartes, não é possível para o homem que não possui um método regulador do seu olhar sobre a realidade. É preciso, então, afastar-se de uma tradição contaminada com os enganos que afetam o senso comum e impedem o homem de atingir sua maioridade intelectual.

Já em Benjamin, segundo Olgária Matos, não teríamos a busca de um ponto fixo a partir do qual se pudesse ordenar a realidade. Atento à trajetória do homem que nasce na idade moder-

na, o pensador alemão compreende a experiência deste como um jogo — entre a permanência e o deslocamento — que traz a marca do inacabado. Benjamin tenta discutir justamente esta dificuldade que o homem moderno tem de viver o mutável, o passageiro, o intocável. Esta forma de pensar permite a Benjamin ler a história como um leque de possibilidades, inscritas no passado, passíveis de reatualização. Evita-se, assim, uma concepção de história no qual os acontecimentos se adicionam uns aos outros num imaginário fio do tempo. Na concepção benjaminiana, cabe ao historiador resgatar do passado as esperanças que foram oprimidas, mas que continuam pulsando à espera de libertação.

Nada mais contrário a esta concepção que Benjamin tem da história do que a apologia do progresso, levada a efeito na modernidade, onde o passado é constantemente negligenciado e ao domínio da natureza pela razão se segue a dominação do homem sobre o homem. Benjamin acredita que a história deve ser vista como uma relação entre a memória e o esquecimento e não o tempo da linearidade absoluta.

Como se percebe no livro de Olgária Matos, Benjamin tem consciência das dificuldades da modernidade em reconhecer os problemas implícitos no seu próprio modelo de razão. Só que isto, longe de impedir, reforça mais ainda a necessidade de se pensar estas questões. Para o homem contemporâneo o próprio *cogito* tornou-se problemático. Se a razão clássica condenou a melancolia — este estado interior que paralisaria a alma do homem —, Benjamin vê nesta uma característica importante e distintiva numa modernidade perdida por entre os escombros de sua própria história.

São os dilemas desta modernidade que pesam sobre os nossos ombros e é sob o enfoque destes mesmos dilemas que se organizam nossas experiências.

João Carlos Lino Gomes

**BOBBIO, Norberto, *Thomas Hobbes*, (Trad. Carlos Nelson Coutinho), Rio de Janeiro, Campus, 1991, 202pp., ISBN 85-7001-675-1.**

A obra de Thomas Hobbes continua sendo, sem sombra de dúvida, uma das mais fundamentais para a compreensão da gênese do Estado moderno. Mas muito ainda se discute, em meio aos comentaristas, sobre a correta interpretação dos textos do filósofo inglês e sobre a real importância do seu lugar na história do pensamento político ocidental.

Este livro de Norberto Bobbio, composto de ensaios escritos em diferentes épocas, apresenta a obra de Hobbes ao leitor e tenta situá-la na história e nos debates teóricos que se travaram no tempo em que o pensador viveu. Depois de um primeiro capítulo, no qual é analisado o modelo jusnaturalista para pensar o político, Bobbio comenta alguns pontos fundamentais do pensamento hobbesiano.

Segundo Bobbio, Hobbes refletiu sobre o político a partir de questões concretas do seu tempo. Uma delas, a mais importante talvez, dizia respeito à unidade do Estado num momento em que as querelas religiosas e os conflitos entre a coroa e o parlamento a ameaçavam. O filósofo opõe à unidade do Estado a anarquia que, dissolvendo os laços políticos estabelecidos entre os homens, condena-os ao estado de natureza, da guerra de todos contra todos, do medo da morte violenta. Para Hobbes, segundo Bobbio, é nas falsas opiniões que os homens têm sobre os direitos e deveres dos soberanos e dos súditos e sobre o que é justo e o que é injusto, que estaria o risco da construção de doutrinas perigosas para a unidade do Estado.

Assim, é necessário para Hobbes a constituição de um saber rigoroso que possa auxiliar na compreensão do homem e no combate às falsas opiniões. Influenciado pelo desenvolvimento das ciências naturais do seu tempo, o filósofo inglês acreditava que o modelo de

conhecimento utilizado pela geometria deveria ser transposto, no que concerne ao método de investigação, para o campo das ciências morais. Desta forma, tal como escreve Bobbio, a ética e a política no pensamento hobbesiano são incluídas no universo daquelas que o pensador chamou de ciências demonstráveis *a priori*, ou seja, aquelas ciências nas quais os objetos analisados são constituídos pelo próprio homem. É este homem que constrói o Estado que, entendido como um artifício, uma máquina, pode ser analisado no que diz respeito à sua estrutura e às leis que o regem.

Mas neste esforço para compreender o político, Hobbes, ao se afastar de uma certa tradição da filosofia política ocidental, rompe também com a definição clássica de razão na qual o *logos* deve buscar a essência da realidade. Segundo Bobbio, em Hobbes, razão é puro cálculo, puro raciocínio que permite a correta articulação entre fins desejados e meios utilizados para atingi-los. O homem regido por esta concepção deixaria de ser presa fácil das paixões que, quando fora de controle, constituem perigo para o Estado. Isto deve ser evitado porque, como nos mostra Bobbio, é o Estado que, na leitura hobbesiana, cria a possibilidade de que cada homem venha a obedecer aos comandos da razão sentindo-se confiante de que os outros agirão da mesma forma. Este Estado deve, então, ser soberano para que com plenos poderes se apresente como o alicerce da vida humana associada.

Norberto Bobbio comenta também as relações de Hobbes com o *jusnaturalismo moderno e o positivismo jurídico*, duas doutrinas antagônicas. Segundo o autor, se lermos Hobbes como um jusnaturalista, teremos de aceitar que ele parte do princípio de que existe um direito natural que é superior ao direito positivo. Se, ao contrário, compreendermos o filósofo inglês como um positivista jurídico, sua obra negaria qualquer relação com o direito natural como fundamento do direito positivo.

Bobbio, afastando-se desta dicotomia, interpreta Hobbes de forma a encontrar neste pensador a lei natural não como fundadora da lei positiva mas, sim, como a exigência do respeito irretido ao direito positivo. Nesta perspectiva, lei natural e lei positiva, ao invés de se relacionarem enquanto conflito, funcionam numa interação.

João Carlos Lino Gomes

**RIBEIRO, Renato Janine, *A última razão dos reis — ensaios sobre filosofia e política*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 183pp., ISBN 85-7164-307-5.**

Não raro, quando nos propomos a analisar certos acontecimentos do passado, somos vitimados por uma distorção do nosso olhar provocada pelo tempo presente. Em função disto, muitas análises de certos fatos históricos tornam-se viciadas pela visão de mundo do historiador que acaba não compreendendo aquele tempo que se coloca diante dele como objeto de análise. Se não é possível para o homem do tempo presente despir-se de todos os seus preconceitos, convicções e ideologias, faz-se necessário, pelo menos, o esforço na reconstrução dos universos simbólicos do passado a partir de elementos que a própria história apresenta aos olhos do historiador atento.

É esta atenção na reconstrução de imaginários que podemos perceber neste livro de ensaios de Renato Janine Ribeiro. Composto de sete ensaios, o livro nos permite a compreensão de certas questões da cultura do ocidente a partir da análise de certos simbolismos vigentes no momento estudado. Para efeito de apresentação do livro, resumiremos a discussão de três temas estudados em três ensaios desta obra, quais sejam: o *ethos* aristocrático, a análise de textos de Lorenzo Valla e o discurso *moraliste*.

O *ethos* aristocrático é analisado por Janine, no primeiro ensaio do livro, a partir de idéias tais como as de honra, jogo e fortuna. Partindo da famosa passagem do livro "Os três mosqueteiros", de Alexandre Dumas, onde o pretendente a mosqueteiro, D'Artagnan, é desafiado a três duelos com os mosqueteiros do rei, Athos, Porthos e Aramis, respectivamente, Janine constrói um belo texto sobre o comportamento aristocrático. Como deixa claro o autor, falar de aristocracia no contexto de suas análises não significa uma referência a uma classe social mas, sim, a uma atitude moral superior diante do mundo.

É esta atitude que Janine analisa a partir do episódio de "os três mosqueteiros" citado em seu livro. Os atos de D'Artagnan que foram tomados como ofensivos pelos três respectivos mosqueteiros não parecem ser, aos nossos olhos, motivos suficientes para um duelo (lembramo-nos de que D'Artagnan, perseguindo um homem que lhe teria roubado uma importante carta, choca-se acidentalmente com Athos e com Porthos e ao terminar a perseguição, também sem o querer, acaba por expor um romance secreto de Aramis). Nossa estranheza no que diz respeito a esta situação está, segundo Janine, ligada ao fato de que não havia nos incidentes provocados por D'Artagnan a intenção de ofender. Em nosso tempo cremos que um indivíduo não tem a completa responsabilidade por atos que cometeu por absoluta impossibilidade de escolher. Não é assim que se comporta o nobre. Ele não só é responsável pelo que praticou conscientemente mas, também, pelo que lhe acontece independentemente da sua vontade, pois é um outro universo simbólico que orienta suas ações. Não importa se D'Artagnan teve ou não liberdade de escolha no momentos das ofensas aos mosqueteiros do rei. O simples fato de as ofensas se constituírem em uma realidade o tornou responsável por elas. Longe de fugir da fortuna, o nobre a assume como fato no

mundo. O sistema de verdades que perpassava o universo aristocrático fundava-se em bases diferentes das nossas.

E é sobre o problema da verdade (a verdade de um texto) que se debruça Janine Ribeiro no ensaio sobre Lorenzo Valla, o fundador da moderna análise de textos. Segundo Janine, Valla, a partir de leitura e análise rigorosas, conseguiu demonstrar, por volta de 1440, a falsidade da chamada "Doação de Constantino", documento utilizado pelos papas, na idade média, com o objetivo de justificar suas pretensões ao domínio temporal. Valla, conforme Janine, desmonta o documento a partir de uma análise da linguagem (segundo a qual se verifica que certas palavras latinas da "Doação" não teriam lugar no tempo do imperador Constantino), de uma crítica histórica (que permite a Valla discutir a referência que a "Doação" faz a Constantinopla como sé patriarcal situando-a num tempo em que ela ainda nem existia) e uma crítica das concepções e idéias (na qual Valla mostra a inadequação do suposto discurso de Constantino na "Doação" com aquele que seria de se esperar de um imperador do seu tempo).

Valla faz, assim, uma análise das condições de possibilidade da construção de um texto no tempo em que supostamente ele teria sido elaborado. Desta forma, o autor mostra que o sentido de um texto não se esgota na sua existência em si mesma, mas está rigorosamente fundado na história. Com isto, segundo Janine, Valla inicia uma prática que até hoje é reproduzida por nós.

Janine analisa também, neste livro de ensaios, o discurso *moraliste*, particularmente o representado por Pascal, La Rochefoucauld e La Bruyère, no século XVII. Estes três homens experimentaram a vida da corte da qual também tomaram distância e isto lhes possibilitou um olhar objetivo sobre ela. A corte, como o espaço da aparição e da teatralidade, tornou-se objeto de conhecimento para o discurs-

so *moraliste* que se constituiu, de certa forma, como uma análise psicológica.

O discurso *moraliste* interdita o diálogo e, assim, opera uma desmontagem do discurso que é objeto de sua atenção, negando o seu "valor verdade" e procurando no que é dito mais efeitos do que conteúdos. Desta forma, o *moraliste* tenta desatar o nó das estratégias de mascaramento implicadas nos discursos. Mas Janine chama a atenção, no fim do seu ensaio, para o fato de que o discurso desmascarador pode ser tanto autoritário como libertário. Ele pode servir tanto para questionar discursos prontos, fechados, como para instaurar procedimentos autoritários ao negar o diálogo. Isto, segundo Janine, produz o seguinte dilema: ou se adota a postura *moraliste* com os riscos do autoritarismo implicados nela e se questionam certos discursos acabados, ou se escolhe o pleno diálogo com o risco de se manter intactas certas estruturas tais como estão montadas. Para este dilema Janine não crê haver solução.

João Carlos Lino Gomes

**ROCHA, Zeferino. Freud: Aproximações, Recife, Ed. Universitária da UFPE, 1993.**

O autor é atualmente professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Filosofia (1948) e Teologia (1952) pela Universidade Gregoriana de Roma, é Doutor em Psicologia (1973) pela Universidade de Paris X.

No período que vai de 1954 a 1966, o A. publicou uma série de trabalhos teológicos e filosóficos. É tradutor, em 1972, do livro de V. Smirnoff — que foi, deve-se mencionar, seu analista — sobre *Psicanálise da Criança*, e de dois outros volumes, em 1970 e 1971, de D. Widlorcher, um sobre *Psicodrama Infantil*, e o outro sobre *Interpretação de Desenhos Infantis*. Já a série de dez textos,

reunidos neste volume, tratando didaticamente de diferentes temas na psicanálise, como o conceito de libido, pulsão de morte, narcisismo e transferência — que Zeferino modestamente intitula "aproximações" ao texto freudiano — compreendem palestras realizadas entre 1956 e 1992, acrescidas de um capítulo, sobre o "O Homem Moisés" de Freud, retirado da sua tese de doutoramento, a qual versa, na totalidade, sobre "A interpretação freudiana do fenômeno religioso".

Como é que um homem com sólida formação religiosa e filosófica estabelece relações com a obra freudiana? Tal a primeira pergunta que de surpresa nos colhe.

A julgar pelo título, que pretende expressar, por zeferina modéstia, saber aproximativo, nos é sugerida, pela leitura, uma outra resposta, que se desprende pelo ato zeloso de estimar, avaliar, avizinhar-se, do qual podemos inferir uma atitude preliminar — a *cautela*, o cuidado de quem se aproxima, resguardando-se. Cautela apropriada, e parcimônia, que, se por um lado não idolatra fanaticamente a psicanálise, não lhe falta, por outro, com o devido respeito, e muito menos dispensa o necessário rigor e erudição na pesquisa.

Parcimônia adequada, por motivos óbvios. As ciências particulares e as antropologias setoriais, no seu esforço de compreender o mundo e o homem segundo suas variadas ordens de determinação, e sob determinados pontos de vista, tendem, e devem, proceder de hipóteses. Visam, metodologicamente, a deduzir o homem de outras realidades, como produto do que ele próprio não é: *explicam-no reduzindo-o*. Este recurso, nas ciências, é necessário e útil, como também o é sua legendaria aversão a questões de ordem especulativa e transcendental. Se o médico, por exemplo, não parte da hipótese de um organismo biológico, ser-lhe-ia impossível interferir eficazmente na complexa máquina

humana. Da mesma maneira, o psicanalista deve partir de suas premissas fundamentais, como, por exemplo, a de um inconsciente estruturado, para poder lidar com determinadas dimensões do sofrimento e da onírica realidade psíquica humana. O que temos, como conseqüência, é que tais antropologias, enquanto antropologias, pretendem dizer algo sobre o *homem como um todo*: o que é ainda de seu pleno direito. Se estas hipóteses, no entanto, são entronizadas como *fundamento* inquestionável do *todo*, o que temos é uma espécie de desvio de ordem metafísica, engendrando uma má metafísica: ou seja, estas formas de transformação ruínosa de biologia em biologicismo, de sociologia em sociologismo, de psicologia e psicanálise em psicologismo e psicanalismo.

E é exatamente nesta maneira cautelosa de aproximar-se do texto freudiano que vejo o maior mérito deste livro, no mais muito desprezível: uma leitura de Freud, séria e rigorosa, sem nenhuma concessão ao vulgar psicanalismo, tão corrente.

Eduardo Dias Gontijo

**APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. *O rei-máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV.* (Trad. de Cláudio César Santoro). Rio de Janeiro, José Olímpio, EDUNB, 1993, 146 pp.**

Publicada na França em 1981, foi saudada pela crítica como uma das mais inventivas e brilhantes obras de História Política. Segundo o próprio autor, seu livro "não é um volume novo sobre o século de Luís XIV nem uma história dos espetáculos à mesma época"; trata-se, antes de mais nada, de uma nova e arrojada interpretação dos mecanismos através dos quais o poder se organizou numa determinada fase da evolução política da França Moderna. O livro é

sem dúvida uma visão original sobre o sistema político engendrado com a "invenção" da "sociedade de corte" na segunda metade do século XVII, que revelou o Rei-Sol como o mais espetacular arquiteto do absolutismo, dentre todos os monarcas franceses.

Em boa medida tributário da obra de Ernst Kantorowicz (*The kings's two bodies. A Study in medieval political theology*, Princeton, 1957), que vai buscar a imagem idealizada do soberano no Ocidente Moderno mergulhada em raízes feudais, Jean-Marie Apostolidès quer compreender, sobretudo, como o Estado absolutista se auto-iluminava na segunda metade do século XVII. Dito de outra forma, o autor quis explicar os mecanismos de representação da monarquia absoluta diante da sociedade francesa. Em seu enfoque, a elite nobiliárquica é o único segmento que conta em todo o tecido social, a única parcela da sociedade francesa digna de constituir a França enquanto nação. Para ele, a nobreza é de fato o único grupo que se encontrava encarnado no corpo do rei. Integrada organicamente no tecido de um Estado altamente personificado, não pode ser apreendida como uma simples classe ou ordem social, mas como a própria nação, ao lado do rei. Como explica Apostolidès, somente os elementos que possuíam bens suficientes para se introduzir no Estado através de um ofício, podem ser considerados membros organicamente articulados no corpo simbólico. Apesar das disparidades na origem social da elite política, que a esta época contava em seus quadros tanto "gentilhommes" quanto "robins", todos os seus elementos participam, ainda que em desigualdade de prestígio, do mesmo cerimonial que nivela a todos como satélites no seio do microcosmo solar de Versailles. Dessa forma, os demais segmentos sociais encontram-se definitivamente afastados desse código de representação situando-se para fora do corpo místico; quem se encontra no exterior

do corpo simbólico do rei está na condição de uma simples subalternidade espectadora da nova ordem que se construiu sobre e contra o povo.

Partindo do exemplo histórico da monarquia absoluta na Época Clássica, Apostolidès desenvolve como tese central a idéia de que ao final do reinado de Luís XIV verificou-se uma transformação profunda no cosmos político arquitetado pelo grande rei. Para o autor, à medida que a França ia se tornando a passos cada vez mais largos um dos núcleos dinâmicos da nova "economia mundial européia", e que, tanto a política como a economia, se desprendiam do controle estritamente pessoal do monarca, verificou-se uma fenda irreparável no centro do poder monárquico. Ao se autonomizar a economia, pela crescente complexidade adquirida nos marcos das novas estruturas econômicas européias, a ponto de não ser mais possível que esta esfera fosse controlada pelo Rei e seu ministro, assiste-se a uma inversão de papéis no coração do poder político: é o que Apostolidès denomina de a passagem do rei-maquinista à condição de rei-máquina. A inorganicidade invade o corpo simbólico do rei e o seu controle sobre administração é sensivelmente diminuído. Assiste-se então ao processo de despersonalização do Estado, o monarca se travestindo em rei-máquina ao perder a batalha do controle estatal para a burocratização crescente. A nação francesa daí em diante não mais formará um corpo organicamente articulado pois as intermediações entre o espaço privado de Versalhes e a simbólica do Estado encontram-se irremediavelmente modificadas. A política de guerras ruinosas dos últimos 15 anos de um reinado que aos contemporâneos parecia interminável só veio acentuar uma tendência: a decadência que tornou bastante tangível o choque do universo principesco de um soberano envelhecido e esclerosado pelo ideal de glória contra os horizontes de uma civilização moderna.

Um destaque importante na obra de Apostolidès é o do Estado enquanto controlador de toda expressão artística pois para a elite culta do século XVII o espetáculo produzido pelas artes foi uma "necessidade intrinsecamente ligada ao exercício do poder". Na visão do autor, as artes foram a principal via encontrada pelo Rei e Colbert no processo de construção da imagem de um rei cujo perfume predileto era a fumaça do incenso tributado a si mesmo. Assim, todas as formas de representação artística, desde a pintura passando pela ópera, o teatro e a medalhística, foram orquestradas para ilustrar um só elemento: o Apolo cristão no centro de uma quase heliolatria. Mas o triunfo na arte de louvar Luís XIV coube à literatura. A exuberante "Literatura Encomiástica", que tantos gritos de indignação arrancou ao abade de Saint-Pierre, e lhe valeu o banimento da Academia Francesa por suas críticas a Luís XIV, pretendeu arrebatar de toda a Europa, através de um autêntico combate de hipérboles travado entre os grandes gênios literários da época, as homenagens devidas à apoteose de uma novo Hércules.

Ao tornar palpável a representação do corpo simbólico, as artes traduzem intelectual e visualmente a nova concepção de monarca absoluto: a de rei-maquinista pilotando sozinho o Estado. No centro desta representação política está Luís XIV — encenador, rei-roteirista de seu próprio espetáculo que decide sobre os atores, o cenário, os costumes e o herói, invariavelmente ele mesmo. Na ilustrativa expressão de Jean-Marie Apostolidès ele é o "rei-maquinista" que faz de Versalhes um cenário permanente, (...) cria cortesãos que, dotados de uma sensibilidade e de uma linguagem especiais, evoluem como satélites em torno de um astro luminoso". Com efeito, o universo cortesão idealizado por Luís XIV ofereceu à Europa inteira o espetáculo de uma vida deliciosamente teatral.

Marcos Antonio Lopes